

## **Pesquisa em Ciências Sociais**

A elaboração deste trabalho - um guia para estudantes - foi motivada por duas razões principais: em primeiro lugar, a oportunidade oferecida pela Universidade Federal da Bahia a seus professores de enviarem à publicação o produto de seu trabalho cotidiano; em segundo lugar, a dificuldade que os estudantes têm encontrado para iniciar seus estudos e suas práticas na metodologia e na técnica da pesquisa em ciências sociais. Além da necessária experiência na realização de pesquisas acadêmicas e profissionais, o autor teve ocasião de lecionar a matéria em diversos níveis e graus e para públicos distintos: tanto na Universidade de Brasília quanto na da Bahia, para alunos de graduação e de pós-graduação, em termos anuais, semestrais e intensivos, em cursos regulares e em cursos paralelos, como parte do currículo de ciências sociais e de outros currículos. Desses anos de prática, firmaram-se no autor algumas convicções.

A primeira é a de que, em geral, faltam ao aluno de curso superior a atitude e o hábito da pesquisa. Ainda em grande parte acostumado a uma educação meramente informativa durante os cursos elementar e médio - só ultimamente, e em casos excepcionais, o quadro vem se modificando - o estudante chega à universidade oscilando entre duas posições extremas: ou considera a pesquisa uma prática enfadonha e desnecessária, pois tudo o que precisa saber já se encontra impresso nos livros ou pode ser obtido por meio da intuição feliz, ou encara a pesquisa como uma tarefa misteriosa e sagrada, sempre superior às suas forças e acessível somente a alguns eleitos. A primeira tarefa do professor, portanto, consiste em mostrar ao estudante que o método científico é somente uma maneira de ver e entender o mundo com uma relativa objetividade, e isso está ao alcance de qualquer mortal, desde que tomados certos cuidados indispensáveis.

Outra convicção do autor é a de que ao estudante de curso superior faltam, em geral, os conhecimentos básicos de Filosofia e de Psicologia, que lhe permitam ter uma compreensão razoável do processo de conhecimento e

de raciocínio. Não apenas a maior parte dos universitários jamais recebeu ensinamentos sistemáticos de Lógica e de História da Filosofia, como - e talvez por isso - acostumou-se a encarar a universidade como uma espécie de supermercado da cultura, do tipo "pegue-e-pague", onde todo o saber já vem pronto para consumo, esterilizado e enlatado, e basta ao estudante estender a mão para os rótulos mais atraentes. A prática da crítica e a criatividade intelectual ficam, assim, reduzidas ao mínimo, principalmente quando os professores, por um natural mas condenável comodismo, não incitam à dúvida e ao debate. Essa "passividade" mental - que, muitas vezes, encontra seu contrário numa irracional contestação global a toda forma de educação sistemática - caracteriza o aprendizado acadêmico em geral; mas, é nas aulas de pesquisa, pelo menos na área das ciências humanas, que o estudante se defronta pela primeira vez com o problema de "produzir" conhecimento em lugar de "consumi-lo". E esse fato coloca sobre os ombros do professor de pesquisa uma responsabilidade adicional: a de ensinar o aluno a pensar, o que o leva, muitas vezes, a dar mais ênfase ao ensino dos rudimentos de epistemologia e lógica do que às técnicas de coleta e análise de dados.

Finalmente, ao longo de oito anos de experiência docente, o autor se convenceu, também, de que a melhor maneira de se aprender a fazer pesquisa é fazê-la: nada substitui a prática da realização. Todavia - e é importante frisar - seria absurdo supor que essa prática não possa ser teorizada, principalmente para os alunos iniciantes. E é aí que residem, justamente, as maiores dificuldades. Ao mesmo tempo que não se deve esperar, honestamente, que um curso anual ou bianual de pesquisa transforme um estudante num pesquisador, também não se pode esquecer que o aluno não poderá dar os passos iniciais sem que adquira, através de leitura de manuais, o conhecimento indispensável que o fará evitar certos erros e economizar tempo e esforço. Mas, a maior parte dos manuais de pesquisa, acessíveis em língua portuguesa ao estudante universitário, foi preparada para estudantes de outros meios culturais, em que os hábitos e as práticas educacionais são outros; por outro lado, e lamentavelmente, o universitário, entre nós, oferece uma resistência muito grande à leitura em outras línguas. Assim, cria-se um impasse, que os professores de pesquisa geralmente procuram resolver com a

tradução e adaptação de textos estrangeiros e com a elaboração de apostilas, a fim de atender ao estudante que apenas inicia seu caminho pela metodologia sociológica.

É a esse público que se destina este pequeno guia. Não se trata de mais um manual de pesquisa, pois estes já existem, acessíveis aos estudantes brasileiros, e constituem, mesmo, parte da bibliografia deste trabalho. Trata-se apenas de um *guia* para estudantes, a fim de que eles, no estágio inicial de seu aprendizado, possam acompanhar, quer as aulas de metodologia e técnica de pesquisas, quer as pesquisas de caráter didático de que tenham oportunidade de participar. Contendo aquilo que ao autor pareceu básico para uma introdução à pesquisa, este guia procurou, simultaneamente, mostrar *o que é* uma pesquisa e ensinar *como* se elabora um projeto de pesquisa. Ao longo do texto são feitas as indicações bibliográficas que sustentam as afirmações do autor e que merecem ser consultadas pelos leitores que desejam aprofundar-se no assunto. Com isso, o autor espera ter dado uma modesta contribuição ao desenvolvimento da pesquisa sociológica entre nós.

## 1. MÉTODO CIENTÍFICO E PESQUISA

**Ciência e método científico.** A ciência, "uma forma sistematicamente organizada de pensamento objetivo", segundo Granger (1) é, também, o resultado de um processo social. O fazer ciência é uma atividade que se desenvolve em grupo e ao longo, do tempo, e que recebe a marca dos condicionamentos sociais vigentes. O processo de fazer ciência, de conhecer os fatos - e as relações entre os fatos - do mundo natural ou do mundo social, atravessou diversas etapas.

Desde as primeiras tentativas de conhecer o mundo e as coisas - tentativas que dificilmente poderiam ser separadas com nitidez das práticas tribais de magia - até a moderna utilização de computadores e de laboratórios experimentais, a história humana tem feito evidentes progressos no sentido de desenvolver um método científico cada vez mais adequado à realidade social.

E a tendência geral dessa evolução é alcançar um método científico em que, cada vez mais, se desenvolva a capacidade de obter e interpretar informações com objetividade e de estabelecer leis ou relações explicativas de caráter o mais universal possível.

O desenvolvimento de um método científico nas ciências humanas, em geral, e na Sociologia, em particular, obedeceu às mesmas tendências observadas em outros campos do conhecimento. É com o Renascimento - e mais especialmente nos séculos XVIII e XIX - que vários estudiosos das coisas humanas começam a substituir as divagações descomprometidas com os fatos e as formulações de doutrinas de reforma por investigações e análises cuidadosas dos acontecimentos históricos, das sociedades humanas ou dos fatos sociais respectivos. Nasce e se desenvolvem, assim, pesquisas de natureza demográfica, econômica, etnográfica, etnológica, antropológica, psicológica, histórica, sociológica, etc. Com o firmar-se da Sociologia como ciência social, na segunda metade do século XIX, estabelecem-se os princípios normativos dos métodos de observação e de interpretação nessa área.

O século atual vê florescerem e se multiplicarem os processos e as técnicas de construção e aplicação de questionários, formulários, entrevistas, fichas de observação, etc., bem como de codificação, tabulação e processamento manual, mecânico e eletrônico dos dados.

**Pesquisa.** A ação de se propor um projeto de conhecimento e empreender as atividades que conduzam a esse conhecimento é que recebe, comumente, o nome de *pesquisa*, termo que é empregado para designar, também, o resultado final do processo, isto é, a investigação pronta e verbalmente comunicado. Fazer pesquisa é, portanto, fazer ciência, ou, em outras palavras, dispor-se a conhecer cientificamente alguma coisa e efetivar tal intenção. Evidentemente, será científica toda pesquisa que se desenvolver com obediência aos princípios gerais e particulares do método científico. Princípios gerais do método científico são os que valem para investigações em qualquer campo do conhecimento; podem ser resumidos em dois: *objetividade e sistematização de informações fragmentadas*. Princípios particulares do método científico são os que valem para certo setor do conhecimento, uma vez

que são determinados pelas condições particulares da ciência nesse setor e pela natureza especial do objeto dessa ciência.

Nas ciências humanas, em geral, e na Sociologia, em particular, a característica metodológica fundamental é dada pelo fato de que sujeito e objeto do conhecimento se confundem, o que *traz vantagens e desvantagens* para o pesquisador. Em outras ciências, como as chamadas *ciências exatas, ou naturais*, a possibilidade e a conveniência de experimentação de hipóteses em laboratório criam normas metodológicas particulares para tais ciências; a propósito, alguns autores, como Greenwood, Dodd e outros,(2) defendem a tese de que é possível aplicar às ciências humanas um método experimental adaptado.

**Pesquisa nas ciências sociais.** A possibilidade de se fazer uma ciência objetiva e sistemática dos fatos sociais nem sempre é universalmente aceita. Goode e Hatt (3) indicam quatro pontos essenciais em torno dos quais ainda subsiste a polêmica entre os *que aceitam* e os *que não aceitam* a pesquisa científica em Sociologia. Esses quatro pontos são representados, no texto citado, por sentenças tidas como verdadeiras:

- a) o comportamento humano muda muito e, por causa disso, não é possível fazer previsões científicas exatas;
- b) o comportamento humano é muito enganoso, sutil e complexo para permitir o uso de caracterizações rígidas e de instrumentos científicos;
- c) o comportamento humano só pode ser estudado por observadores que também são humanos, e estes acabam distorcendo os fatos e, assim, não se pode obter objetividade;
- d) os seres humanos, a respeito dos quais se fazem previsões, têm a capacidade de, deliberadamente, alterar as previsões feitas.

Evidentemente, se as afirmações acima fossem verdadeiras, não seria possível fazer pesquisa científica nas ciências humanas. Mas os resultados já alcançados pelas ciências sociais revelam que aqueles juízos constituem falsas

afirmações. A possibilidade de se fazer pesquisa científica em Sociologia e nas ciências afins reside no fato de que os acontecimentos humanos históricos, sociais, não se dão por acaso; ao contrário, estão sempre interligados por relações, embora tendenciais ou de probabilidade, e mesmo que tais relações não sejam explícitas, evidentes ou conscientes. A procura e a descoberta dessas relações tendenciais e prováveis, ou leis sociológicas, é a meta final da pesquisa sociológica. E descobrir leis sociológicas é, em última análise, explicar os fatos sociais, incluindo-se aí a história do desenvolvimento das sociedades humanas.

**Teoria e fato.** Outro tema que também costuma suscitar controvérsias é o da prioridade que deva ter, para o cientista social, a teoria sociológica ou o fato objeto de investigação. Ainda aí é evidente a falácia de tal dicotomia, uma vez que *teoria e fato* se interligam e interdependem. Os já citados autores Goode e Hatt apresentam, de forma desenvolvida, a discussão dessa interdependência,(4) a seguir resumida. Examinado o papel da *teoria* em relação aos fatos, dizem os autores que:

a) a teoria serve como orientação para restringir a amplitude dos fatos a serem estudados;

b) a teoria serve como sistema de conceptualização e de classificação dos fatos;

c) a teoria serve para resumir sinteticamente o que já se sabe sobre o objeto de estudo, através das generalizações empíricas e das inter-relações entre afirmações comprovadas;

d) a teoria serve para, baseando-se em fatos e relações já conhecidos, prever novos fatos e novas relações;

e) a teoria serve para indicar os fatos e as relações que ainda não estão satisfatoriamente explicados e as áreas da realidade que demandam pesquisas.

Sobre o papel dos *fatos* em relação à teoria, os autores afirmam que:

- a) um fato novo, uma *descoberta*, pode provocar o início de uma nova teoria;
- b) os fatos podem provocar a rejeição ou a reformulação de teorias já existentes;
- c) os fatos redefinem e esclarecem a teoria previamente estabelecida, no sentido de que "afirmam em pormenores o que a teoria afirma em termos bem mais gerais";
- d) os fatos, conduzindo à criação, rejeição, reformulação ou redefinição de teorias, levam à descoberta de novos fatos.

**Ciência pura e ciência aplicada.** Finalmente, outro tema que costuma suscitar debates é o da realização de uma *ciência desinteressada* ou de uma ciência destinada à aplicação prática. Na história do desenvolvimento do conhecimento humano, *ciência e poder* freqüentemente aparecem ligados, no sentido de que a obtenção do conhecimento confere ao seu possuidor maior domínio efetivo sobre as coisas e sobre as pessoas.

O feiticeiro da tribo, capaz de reunir algumas informações sobre a época das chuvas, também pode interferir mais eficientemente na condução da *política* econômica e militar da sua tribo.

A sistematização de conhecimentos sobre navegação marítima conferiu às nações mediterrâneas, e especialmente ibéricas, nos séculos XV e XVI, um poder econômico e político sobre todo o mundo. Grande parte da guerra fria que se trava hoje entre USA e URSS se baseia na luta pelo conhecimento de computadores eletrônicos e da astronáutica. O domínio de técnicas agrícolas, industriais, econômicas, educacionais, sanitárias e sociais pode conferir a comunidades subdesenvolvidas um instrumento de luta contra o meio hostil. O conhecimento mais ou menos preciso das preferências de um público consumidor ou leitor pode significar o êxito ou a falência de um empreendimento comercial ou editorial.(5)

Nesse sentido, é igualmente falsa a dicotomia entre *pesquisa pura* e *pesquisa aplicada*, pois ambas se correlacionam. Todavia, o uso que as

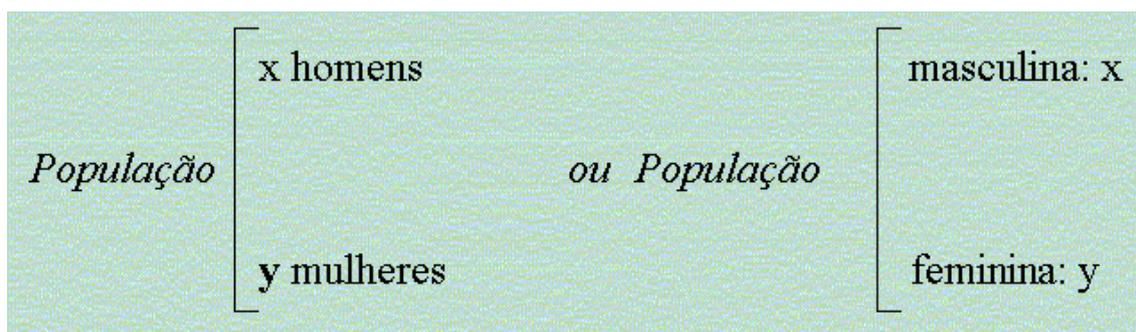
sociedades sempre fizeram dos resultados da ciência não pode ser alcançado mediante o sacrifício do rigor e da objetividade do método científico; ao contrário, só a pesquisa científica rigorosamente objetiva pode conduzir a uma aplicação eficiente de seus resultados.

A maneira de conduzir uma pesquisa e chegar aos resultados úteis para a ciência e para a sociedade não está desvinculada dos valores, dos preconceitos e das concepções filosóficas das pessoas direta ou indiretamente envolvidas no processo de realizar a pesquisa. Esses valores, esses preconceitos e essas concepções vão marcar, nitidamente, a escolha do assunto, o quadro de referência teórico das hipóteses e a utilização dos resultados da pesquisa, mas somente quando o pesquisador consegue evitar que eles se sobreponham aos critérios rigorosos de veracidade e objetividade na observação e na interpretação dos fatos, a verdadeira pesquisa científica estará sendo realizada com êxito.(6)

## 2. TIPOS DE PESQUISA

**Crítérios de classificação.** Toda tipologia ou classificação é sempre a subdivisão de um objecto em seus componentes, a partir da aplicação de certos critérios de análise, suscetíveis de compor categorias sob as quais aqueles componentes homogêneos possam ser agrupados. Assim, quando se pretende classificar os habitantes do Brasil, obtêm-se tais ou quais subgrupos de habitantes, segundo tal ou qual critério de classificação que se adota.

Se se usa o critério do sexo, têm-se categorias classificatórias definidas como *masculino* e *feminino*, e a população brasileira poderá ser apresentada de acordo com o seguinte esquema:



Se se usa o critério da idade, ou dos níveis de renda, ou dos graus de instrução, obtêm-se outras tantas tipologias ou classificações da mesma população brasileira, subdividida em grupos ou classes homogêneas dos habitantes, reunidos em determinadas categorias, como indica o quadro seguinte:

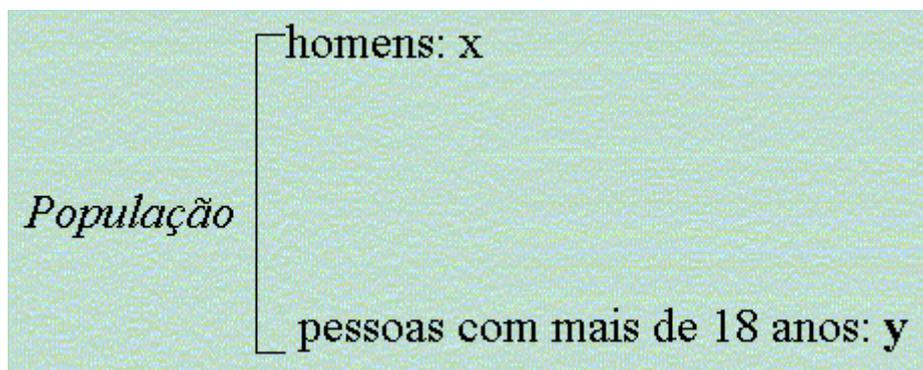
### **CRITÉRIOS**

IDADE	NÍVEL DE RENDA	GRAU DE INSTRUÇÃO
0 – 5 anos	inferior ao salário mínimo	Sem instrução
5 - 15 anos	1 a 2 salários mínimos	Primário
15 - 25 anos	2 a 5 salários mínimos	Secundário
25 - 40 anos	5 a 10 salários mínimos	Superior
40 - 70 anos	10 salários mínimos ou mais (exclusive mais o limite superior)	
70 anos ou (exclusive mais o limite superior)		

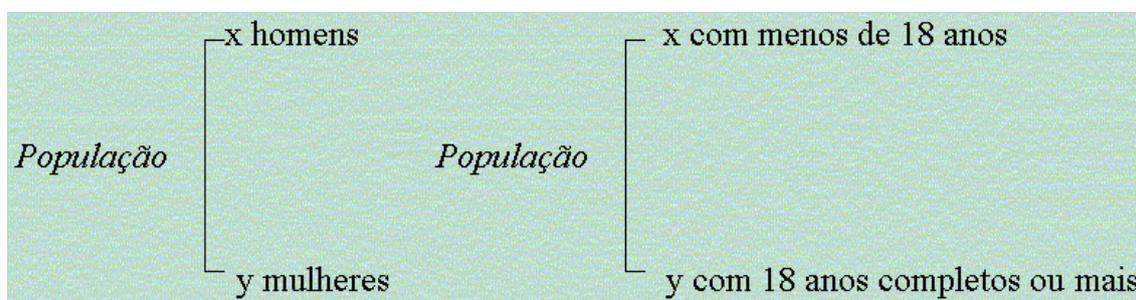
Verifica-se, ainda, que, com o mesmo critério classificatório, é possível construir categorias de análise diferentes, como no exemplo abaixo:

Nível de Renda	Grau de Instrução
inferior a Cr\$ 500,00	Analfabeto
Cr\$ 510,00 - Cr\$ 990,00	sabe ler e escrever
Cr\$ 1.000,00 - Cr\$ 4.990,00	sabe ler, escrever e fazer contas
Cr\$ 5.000,00 - Cr\$ 9.990,00	tem curso completo
Cr\$ 10.000,00 ou mais	tem curso completo

Deve-se, sempre, tomar a precaução de evitar critérios vagos e indefinidos, ou, o que é mais condenável, a utilização de dois critérios diferentes na mesma classificação, a fim de não se correr o risco de chegar a uma superposição de grupos. Exemplo:



A tipologia acima é incorrera, porque, na categoria *homens*, estão as pessoas do sexo masculino com menos e com mais de 18 anos, e, na categoria *pessoas com mais de 18 anos*, estão tanto homens quanto mulheres (a soma dos dois grupos daria um número de habitantes maior que o da população total). Essa tipologia deveria ser desdobrada em duas:



Em outras palavras, o critério e as categorias devem dar origem a uma subdivisão completa do objeto em classes mutuamente exclusivas, sempre que possível.

Esses exemplos procuraram mostrar que toda classificação ou tipologia de um objeto - seja esse objeto um aspecto da realidade, seja um juízo ou uma proposição lógica - contém em si algo de subjetivo e aleatório, dependendo da escolha do *critério* e da construção das *categorias*.

Nesse sentido, muitas vezes tenta-se negar uma tipologia com a qual não se concorda, sob a alegação de que se trata de uma classificação relativa.

Realmente, toda classificação é relativa, isto é, é relativa aos critérios e categorias adotados. Por essa razão, muitas vezes é uma impropriedade dizer-se que uma classificação *está errada* (desde que ela contenha um único critério e forme categorias mutuamente exclusivas); o que se pode dizer é que uma classificação está mais ou menos de acordo com a realidade, que está mais ou menos adequada ao objetivo com que foi construída.

Qualquer pessoa, portanto, pode fazer, a qualquer momento, classificações e reclassificações de um objeto, que terão sempre um sentido operacional, pragmático; para uma determinada situação, num determinado contexto, uma classificação é sempre um instrumento teórico, mais ou menos útil, para observar, para analisar, para esclarecer, para expor um aspecto da realidade ou um juízo sobre essa realidade. É claro que, quanto mais for possível montar as tipologias a partir da análise da realidade e da comparação entre seus componentes, mais haverá oportunidade de obter-se uma classificação que se constitua num modelo adequado de representação dessa realidade.

**Tipologia de pesquisa.** As observações preliminares feitas no item anterior vêm a propósito das tipologias com que se tem procurado expor a variedade de pesquisas existentes ou possíveis nas ciências humanas. Com isto, procura-se dar uma idéia das possibilidades e das alternativas postas à disposição do investigador que se proponha conhecer cientificamente um aspecto da realidade que é objeto de seu estudo.

Pierson(7) falando das inter-relações de teoria e pesquisa em Sociologia, diz que na Sociologia científica empregam-se vários métodos e técnicas de pesquisa, nenhum dos quais é mais importante que outro, e procura-se continuamente criar ainda outros, sendo o seu valor determinado, em cada caso, pela utilidade em proporcionar maior compreensão das coisas sociológicas e suas inter-relações;

E, a seguir, Pierson apresenta o seguinte esquema:

MÉTODOS	TÉCNICAS
Estatístico	Observação simples
Estudo de caso	Entrevista
Comparativo	Formulário
"Observação em massa"	Questionário
"Observação participante"	"História de vida"

O esquema de Pierson não parece ter grande utilidade, uma vez que nem esgota todos os métodos ou todas as técnicas disponíveis, nem torna explícitos os critérios utilizados na classificação, nem permite saber se há alguma correspondência entre os métodos e as técnicas arroladas, e nem, ainda, esclarece as relações, semelhanças e distinções entre *método* e *técnica*.

Selltiz *et al.*(8) dividem as pesquisas em grandes grupos:

- a) estudos formulativos, sistemáticos ou exploratórios;
- b) estudos descritivos;
- c) estudos que verificam as hipóteses causais.

O critério implícito na classificação acima é o do grau de superficialidade dos estudos; a classificação parece ter bastante validade, embora os autores não se tenham preocupado com a aplicação de outros critérios para tipificar as pesquisas.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (9) subdivide as pesquisas sociológicas em três classificações diferentes, de acordo com três diferentes critérios classificatórios, e obtém vários tipos de cada um dos três grupos, segundo um esquema que pode ser assim resumido:

<i>Pesquisas segundo a finalidade</i>	<p>1º tipo: pesquisa pura ou fundamental (<i>desinteressada</i>)</p> <p>2º tipo: pesquisa operacional ou aplicada (voltada para fins práticos)</p> <p>3º tipo: pesquisa ativa (o sociólogo interfere <u>deliberadamente</u> na situação enquanto a estuda)</p>
<i>Pesquisas segundo o objeto de investigação</i>	<p>1º tipo: pesquisas exploratórias (objeto desconhecido)</p> <p>2º tipo: pesquisas elucidativas (objeto parcialmente conhecido)</p> <p>3º tipo: <u>pesquisa-piloto</u> (o objeto é o próprio instrumento de observação)</p>
<i>Pesquisas segundo os procedimentos adotados</i>	<p>1º tipo: pesquisas de procedimentos predominantemente quantitativos (censo ou amostra representativa)</p> <p>2.º tipo: pesquisas de procedimentos predominantemente qualitativos - (censo ou amostra significativa)</p> <p>3º tipo: pesquisas de procedimentos predominantemente experimentais (controle das variáveis e das constantes)</p>

Outros esquemas classificatórios, como os três que aqui foram indicados, podem ser encontrados em outros autores, ou mesmo podem ser tentados por pesquisadores e estudiosos da metodologia de pesquisa.

**Um esquema tipológico.** No intuito de fornecer indicações e sugestões para os estudantes de pesquisa, apresenta-se, a seguir, um esquema tipológico de pesquisas na área das ciências humanas, que obedece, também, a um conjunto de critérios classificatórios. Pode-se ver, então, que as pesquisas das ciências sociais podem ser classificadas das seguintes maneiras:

*1. Segundo os campos de atividade humana ou os setores de conhecimento.*

De acordo com este critério, as pesquisas podem ser de três tipos:

- a) monodisciplinares (econômicas, históricas, sociológicas, antropológicas, administrativas, psicológicas, etc.);
- b) multidisciplinares (sócio-econômicas, histórico-sociais, psico-sócio-antropológicas, etc.);
- c) interdisciplinares (pesquisas sobre assuntos que estão na fronteira de dois ou mais campos de conhecimento, como, por exemplo, sobre o grau de

ajustamento de mão-de-obra qualificada oriunda do meio rural aos padrões de trabalho e vida urbanos; não se trata, propriamente, nem de Sociologia, nem de Economia, nem de Psicologia social, nem de Educação, nem de Antropologia cultural; evidentemente, na prática nem sempre é possível distinguir entre pesquisas multi-disciplinares e pesquisas interdisciplinares).

2. *Segundo a utilização dos resultados.* De acordo com este critério, as pesquisas podem ser de dois tipos:

a) pura, básica ou fundamental;

b) aplicada.

A pesquisa *pura, básica ou fundamental*, é aquela feita para aumentar o corpo teórico da ciência, ou para satisfazer a curiosidade do pesquisador, sem objetivos de utilização imediata dos resultados; é a obtenção do conhecimento pelo conhecimento.

A pesquisa *aplicada*, como o nome indica, é aquela feita para que seus resultados tenham utilização imediata na solução de problemas concretos; é a obtenção do conhecimento para transformação da realidade.

Nem sempre, todavia, é possível distinguir com nitidez esses dois tipos de pesquisa; muitas vezes, essa é uma classificação que só pode ser feita *a posteriori*. É comum acontecer que, no decorrer de uma pesquisa aplicada, surjam hipóteses, ou mesmo conhecimentos verificados, que permitam a crítica, a formulação ou a reformulação da teoria; nesse sentido, esses conhecimentos têm um caráter básico ou fundamental. Por outro lado, uma pesquisa *pura* se transforma em prática quando surgem condições concretas peculiares para a utilização de seus resultados. Costuma-se dizer que "a pesquisa aplicada de hoje é a pesquisa fundamental de ontem".

3. *Segundo os processos de estudo.* As pesquisas podem ser de seis tipos, segundo estes processos(10) :

a) estrutural (análise sistemática da forma, do funcionamento, dos elementos e de suas inter-relações, da dinâmica interna de um fato, de uma instituição, de uma comunidade ou de uma sociedade);

b) histórico (reconstituição do desenvolvimento de um fato ou de um organismo social);

c) comparativo (análise sistemática de dois ou mais fatos ou organismos sociais, diferentes no espaço ou no tempo, para separação de seus elementos constitutivos e verificação do que há de comum e do que há de específico entre esses fatos ou organismos);

d) funcionalista (exame das relações entre um fenômeno e outro mais amplo, no qual o primeiro está inserido, para conhecer o *papel* do primeiro, ou seja, para verificar quais variações do primeiro acarretam variações no segundo, e como se dão essas variações);

e) estatístico (exame da frequência e da variabilidade da incidência de certos atributos, como tamanho, número, intensidade, direção, etc.);

f) monográfico (estudos, em profundidade, de um único fato ou de um único organismo social; no primeiro caso, a pesquisa também toma o nome de *estudo de caso* - investigação exaustiva de todas as variáveis de um fato; no segundo, *estudo de comunidade*(11), em que uma área limitada do meio social é objeto de investigação sistemática e exaustiva, para indução de inferências válidas para a sociedade global). A classificação das pesquisas segundo esse critério (processos de estudo) não permite obter categorias mutuamente exclusivas. Ao contrário, não só é comum como louvável a combinação de dois ou mais processos na mesma pesquisa; assim, pode-se montar uma pesquisa que contenha uma comparação entre dois estudos monográficos, ambos histórico-estrutural-funcionalistas.

4. *Segundo a natureza dos dados.* De acordo com este critério, as pesquisas podem ser de dois tipos:

a) pesquisa de *dados objetivos* ou de fatos;

b) pesquisa *subjetiva* ou de opiniões e atitudes.

No primeiro caso, a pesquisa, mesmo quando usa informantes, vai procurar descrever objetivamente uma realidade (por exemplo: o sistema de estratificação social em Salvador); no segundo caso, utilizando ou não a consulta direta aos informantes, a pesquisa vai colher não a realidade tal como ela é, mas como se apresenta a determinado grupo de pessoas, ou, ainda, a *posição* das pessoas diante de determinados aspectos da realidade (por exemplo: preferência eleitoral).

Ainda aqui, embora *os dois tipos de dados* não se confundam, uma pesquisa pode combinar dados de natureza *objetiva* e dados de natureza *subjetiva*, colhendo, para alguns aspectos, dados de fato e, para outros, opiniões das pessoas (por exemplo: uma pesquisa que pretendesse estudar a discriminação contra os mestiços no Recôncavo e a atitude preconceituosa dos brancos em relação a esses mestiços).

5. *Segundo a procedência dos dados*. Aqui a pesquisa pode ser de dois tipos:

a) de dados primários (colhidos diretamente pelo próprio investigador, em primeira mão);

b) de dados secundários (dados já existentes, anteriormente colhidos por outro pesquisador ou por outra instituição; dados de segunda mão).

6. *Segundo o grau de generalização dos resultados*. De acordo com este critério, as pesquisas podem ser de dois tipos:

a) censitária (são colhidos dados de todas as unidades do universo de pesquisa, e os resultados são válidos imediatamente para todo o universo)

b) por amostragem (são colhidos dados de uma parte do todo, parte tal que se supõe representar o todo, e os resultados assim obtidos são generalizados para o todo, obedecendo a certas condições e, mediante procedimentos estatísticos de indução amplificadora).

As amostras, por sua vez, podem ser de dois tipos:

a) intencional (as unidades que compõem a amostra são intencionalmente escolhidas pelo pesquisador, na pressuposição de que representem o universo, ou sejam cruciais para conhecimentos do universo);

b) aleatória (as unidades são escolhidas inteiramente ao acaso, mediante procedimentos estatísticos tendentes a evitar a interferência de *bias*, de maneira tal que a amostra assim composta possa ter, teoricamente, todos os seus componentes substituídos por quaisquer outros componentes do universo, sem que haja variação significativa entre os resultados dessas múltiplas amostras virtuais). Tanto as amostras aleatórias quanto as intencionais podem ser escolhidas sem ou com estratificação do universo; neste último caso, chamam-se *amostras estratificadas*. A estratificação do universo é recomendada quando este é heterogêneo, composto de elementos muito diferenciados.

A estratificação do universo pressupõe o conhecimento prévio de certas características gerais do universo, bem como o número de unidades portadoras desses atributos. Estratifica-se o universo dividindo o conjunto das unidades que o compõem em tantos grupos homogêneos de unidades quantos forem necessários; em seguida, escolhem-se as subamostras de cada estrato, guardando-se a proporção numérica em cada um deles, predefinida para a amostra total; o conjunto das subamostras de cada estrato do universo é a amostra total, ou a amostra estratificada. Assim, se se definiu previamente que a amostra estratificada total, ou final, deve ser de 20%, em cada estrato se escolherá uma amostra de 20%, de maneira que, mesmo quando o número absoluto de cada subamostra variar, em função do número absoluto de unidades de cada estrato, o número absoluto da amostra total não será nem menor nem maior que 20% das unidades do universo.

Não existem regras fixas para definir *a priori* o número percentual ótimo das amostras em pesquisa. De um modo geral, pode-se aceitar que quanto mais homogêneo o universo menor poderá ser a amostra para ser representativa, e, ao contrário, quanto mais heterogêneo o universo maior precisará ser a amostra para conter todos os tipos possíveis de variação e, portanto, ser representativa.

O conceito de homogeneidade ou heterogeneidade do universo é relativo, isto é, está diretamente referido ao tema da pesquisa e aos atributos que se pesquisam. Por exemplo, a população do Brasil deve ser relativamente bastante homogênea no que se refere à estatura de seus habitantes; dividindo-se o País em quatro ou cinco grandes regiões geográficas e sócio-econômicas, provavelmente uma amostra de 0,05% da população, em cada um desses estratos, comporá uma amostra final estratificada de 0,05% (cerca de 55.000 brasileiros), bastante representativa para que a estatura média desses brasileiros possa ser aceita como a estatura média do brasileiro em geral. Todavia, a população brasileira deve ser bastante heterogênea quanto a, por exemplo, graus de educação, níveis de renda, número de filhos, atitudes perante o Governo, ou aspirações culturais. Se os atributos sob investigação forem esses, o número de estratos deverá ser bem maior, e a porcentagem da amostra também deverá ser bem maior, provavelmente de 20 a 30%.<sup>(12)</sup>

7. *Segundo a extensão do campo de estudo.* De acordo com este critério, há dois tipos de pesquisa:

a) levantamentos, sondagens, *surveys*, etc. (pesquisas superficiais de uma área de grande extensão, para obter dados que permitam construir quadros de referência e formular hipóteses, a serem utilizados posteriormente em pesquisas de maior profundidade);

b) pesquisas monográficas e de profundidade (limitação da pesquisa a um tema ou a um problema específico, o exame, do maior número possível de variáveis que interfiram no tema ou no problema de pesquisa).

8. *Segundo as técnicas e os instrumentos de observação.* Este critério permite classificar as pesquisas em dois grandes tipos:

a) observação direta;

b) observação indireta.

O primeiro tipo - observação direta - pode ser subdividido em dois subtipos principais:

*Observação direta não participante.* O pesquisador se coloca em situação de espaço e tempo que lhe permita assistir às manifestações do fenômeno a ser estudado, podendo utilizar várias formas de registro das suas observações: *caderneta de campo*, fichas, instrumentos de medida (testes, escalas), gravadores, filmadoras, máquinas fotográficas, etc.

*Observação direta participante.* O observador passa a viver na situação em estudo (uma comunidade, uma associação, uma empresa), podendo utilizar não apenas as técnicas de registro já citadas no item anterior como a introspecção e a auto-análise como formas adicionais de observação.

O segundo tipo - observação indireta - pode, por sua vez, ser subdividido em quatro subtipos principais:

*Consulta bibliográfica e documental.* Livros, revistas, jornais, documentos de toda espécie podem ser utilizados para a coleta de observações. É importante notar que esse material bibliográfico e documental pode ser encarado pelo pesquisador de duas maneiras: como um testemunho - um veículo de observações feitas por outros a respeito de determinados assuntos; e como um objeto de estudo em si - o próprio assunto da pesquisa. A primeira forma é mais utilizada pelo historiador, enquanto a segunda é mais usual na análise de conteúdo, empregada geralmente por especialistas em Sociologia, Ciência Política, Administração, etc.(13)

*Questionários e formulários.* São técnicas que implicam interação entre pesquisador e informante e colocação de estímulos verbais pelo primeiro, que recebe respostas verbais do segundo; o instrumento contém esses estímulos verbais sob forma de perguntas abertas, perguntas fechadas, quadros, tabelas, etc. Alguns autores chamam o instrumento de *questionário*, quando preenchido pelo informante, e de *formulário*, quando preenchido pelo pesquisador ou aplicador. É importante notar: nas pesquisas que utilizam essa técnica, o informante tanto pode ser encarado como um objeto de estudo em si, como a unidade do universo ou da amostra de pesquisa, como pode ser encarado como um observador-testemunha do assunto no qual o pesquisador está interessado.

*Entrevistas.* É a mesma situação do caso anterior, com uma diferença: a interferência do pesquisador é maior, na medida em que, a partir de um tema geral, ou de um tema dividido em alguns tópicos gerais, a entrevista (a comunicação interativa) é conduzido pelo observador. O registro das respostas ou da *conversa* pode ser feito no momento da entrevista ou imediatamente após, pela anotação escrita ou pela gravação do som, pelo *próprio conversar* ou por um *anotador*, etc.(14)

*Histórias de vida e biografias.* Como o nome indica, história de vida e biografia são reconstituições sistemáticas da vida de uma pessoa que, por determinadas razões, tenha uma relevância significativa para o conhecimento do objeto de estudo; isso se aplica tanto a *personagens típicos* quanto a *personagens atípicos*. A pessoa de quem se obtém a biografia ou a história de vida tanto pode ser um participante como um observador do fato social no qual o pesquisador está interessado. A diferença entre biografia e história de vida é que a primeira, geralmente, é uma reconstituição global da vida de alguém, e escrita não necessariamente por um especialista, enquanto a segunda é dirigida e elaborada pelo pesquisador, através de sucessivas entrevistas e do exame de documentos, e é dirigida para pôr em evidência aqueles aspectos nos quais o pesquisador está interessado.(15)

Novamente deve-se dizer, a propósito desses tipos e subtipos, que, embora eles não se confundam, uma pesquisa não apenas pode como geralmente deve combinar mais de uma técnica a fim de obter maior riqueza de observações e testar a fidedignidade dos dados.

9. *Segundo os métodos de análise.* De acordo com este critério, as pesquisas podem ser classificadas em três tipos:

a) construção de tipos: uma vez coletados e manipulados os dados, a reconstrução da realidade a partir deles pode desembocar em construções mentais do tipo *tipo*, isto é, de um ente de razão ideal com todas as características que o diferenciam dos *não-tipos* (por exemplo: o caipira, o trabalhador urbano, o intelectual);(16)

b) construção de modelos: aqui, trata-se de reconstruir a realidade e construir não um tipo que represente idealmente uma espécie social do gênero homem, mas uma situação, um fenômeno e um evento, um organismo social, uma comunidade, uma sociedade global, etc. (por exemplo: o suicídio, a revolução, a empresa industrial, a favela, o capitalismo);

c) tipologias e classificações: combinações internamente congruentes de tipos e modelos, permitindo a comparação, por semelhanças e diferenças, entre fenômenos correlatos.

10. *Segundo o nível de Interpretação.* O objetivo pragmático de uma pesquisa é obter um conhecimento, que permanecerá fragmentário enquanto isolado, e só poderá ser adequadamente avaliado quando referido a um contato mais amplo, ou a um quadro de referência teórico; em outras palavras, quando for devidamente interpretado à luz do corpo teórico já disponível. Todavia, nem todo conhecimento é da mesma natureza, ou tem o mesmo grau de profundidade ou de relevância, quando referido ao corpo teórico preexistente. Existem, portanto, níveis de interpretação, isto é, degraus de uma escala, que vão desde o conhecimento mais imediato, simples e irrelevante, até o mais mediato, mais complexo e mais relevante, ou mais *interpretativo*.

De acordo com este critério, as pesquisas podem ser classificadas em quatro grandes tipos, entendidos como *momentos* de uma escala contínua de graduação ascendente:

a) pesquisas identificativas: o conhecimento obtido através da pesquisa mostra a existência de um fato ou de uma relação entre fatos; é um conhecimento que responde à pergunta do tipo *o que é? o que existe?* (por exemplo: há *deficit* escolar em Salvador; existe preconceito de cor na Bahia; não existe industrialização no Recôncavo). O *fato é ...* ;

b) pesquisas descritivas: o conhecimento obtido, além de identificar o fato, descreve-o, caracteriza-o, procura mostrar como ele é; responde à pergunta do tipo *quem é? como é?* (por exemplo: o preconceito de cor na Bahia existe apenas na classe média; a economia do Recôncavo é marginal ou de

subsistência; o empresário baiano se caracteriza por tais peculiaridades). O *fato é assim ...* (qualidade);

c) pesquisas mensurativas: é um caso particular do anterior. Além de identificar e descrever o fato, o conhecimento obtido por pesquisas deste tipo procura caracterizar quantitativamente o fato, quantificar e medir as características; responde à pergunta do tipo *quanto? quão mais, ou menos?* (por exemplo: o *deficit* escolar de Salvador é de 70% da população em idade escolar na classe baixa e de 30% na classe média;(17) o desemprego no Nordeste só poderá ser superado quando forem criados três milhões de novos empregos anualmente; desde 1930, a renda *per capita* na zona rural do Recôncavo vem decaindo à razão de 0,002% por lustro). O *fato é assim... (quantidade); o fato aqui e agora é x mais, ou menos, do que lá e antes;*

d) pesquisas explicativas: este tipo é o último nível de interpretação. O conhecimento aqui obtido é a descoberta de uma lei científica (no sentido de que exprime uma relação necessária entre fatos, embora de caráter tendencial e probabilístico, de natureza causal, funcional ou estrutural), é um conhecimento que responde a perguntas do tipo *como se deu tal fato? por que tal fato existe ou existe assim? como tal fato se transformará em tal outro?* (por exemplo: o Brasil só superará seu atual estágio de subdesenvolvimento quando transformar radicalmente sua estrutura interna e romper com as estruturas externas de que depende; o Recôncavo vem se subdesenvolvendo porque outras regiões no País comandam o processo de desenvolvimento).

Fica evidente que cada um desses níveis pressupõe os níveis anteriores; em outras palavras, uma pesquisa explicativa deve conter etapas identificativas, descritivas e mensurativas, ou partir dos conhecimentos obtidos por outras pesquisas de tipo identificativo, descritivo e mensurativo. Também fica claro que as pesquisas de nível explicativo exigem um tratamento metodológico mais rigoroso e, geralmente, a formulação e a verificação de hipóteses, ao passo que as de nível identificativo ou descritivo podem prescindir da formulação explícita de hipóteses.